

Fronteiras

Revista Catarinense de História

Patrimônio arqueológico e ambiental da Lagoa do Saguçu na paisagem da Baía Babitonga (Joinville, SC)

Archaeological and environmental heritage of the Saguçu Lagoon in the Babitonga Bay landscape (Joinville, SC, Brazil)

Alanna Fernandes Duarte¹
Anna Kelly Krassota²
Mariluci Neis Carelli³

Resumo

Este artigo discute a paisagem da Lagoa do Saguçu, situada na região da Baía Babitonga, em Joinville, Santa Catarina, na perspectiva do patrimônio cultural, arqueológico e ambiental. Em uma abordagem interdisciplinar, o estudo analisa as transformações no processo de ocupação da região, desde as primeiras ocupações humanas até o contexto urbano-industrial contemporâneo. Fundamentado em relatos de viajantes e migrantes europeus do século XIX e em dados arqueológicos, o texto propõe o reconhecimento da história da paisagem, evidenciando as tensões entre os movimentos de destruição e proteção do patrimônio global. Identificam-se os usos sociais atuais e a importância da salvaguarda de sítios arqueológicos e ecossistemas manguezais para a memória e a sustentabilidade regional.

Palavras-chave: Paisagem; Mangues; Patrimônio arqueológico.

Abstract

This article examines the landscape of Saguçu Lagoon, located in the Babitonga Bay region, in Joinville, Santa Catarina, Brazil, from the perspective of cultural, archaeological, and environmental heritage. Adopting an interdisciplinary approach, the study analyzes the transformations in the region's settlement process, ranging from the early human occupation to the contemporary urban-industrial context. Drawing on 19th-century accounts by European travelers and migrants, as well as archaeological data, the text proposes the recognition of the landscape's history, highlighting the tensions between the forces of destruction and the protection of this global heritage. The study identifies current social uses of the area and emphasizes the importance of safeguarding archaeological sites and mangrove ecosystems for regional memory and sustainability.

Keywords: Landscape; Mangroves; Archaeological heritage.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora de História na instituição SATC. Brasil. E-mail: alanna.duarte@satc.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-5622-8456>

² Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). Membro do Laboratório de Ecologia da Univille. Brasil. E-mail: annakelly_@hotmail.com | <https://orcid.org/0009-0008-8335-589X>

³ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Brasil. E-mail: mariluci.carelli@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-0107-383X>

Introdução

A paisagem é compreendida como uma noção interdisciplinar e polissêmica. No campo do patrimônio cultural, ela é um conceito norteador que possibilita estudos diversos sobre processos de ocupação histórica, formas e gestão de bens culturais, arqueológicos e ambientais. Longe de ser apenas um cenário estático, a paisagem é sempre dinâmica, resultante da interação contínua entre processos naturais, ações humanas e diferentes representações ao longo do tempo (Schama, 1996; Correa, 2013). No contexto brasileiro, especificamente na Região Sul, a história dessas paisagens revela camadas de ocupação que muitas vezes permanecem invisibilizadas pelas narrativas oficiais.

Este artigo teve como objetivo discutir a paisagem da Lagoa do Saguau, em Joinville (SC), como um patrimônio multifacetado na Baía Babitonga. A proposta buscou reconhecer as transformações ocorridas no processo de ocupação dessa paisagem, com base nos registros de sítios arqueológicos pré-coloniais, nas narrativas de viajantes e migrantes do século XIX e nas configurações urbano-industriais da contemporaneidade. Para tanto, utilizou fontes interdisciplinares que abrangem a arqueologia, a história e a ecologia, permitindo uma leitura crítica sobre a construção social do espaço.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender paisagens pretéritas, como a paisagem ancestral — materializada em sítios arqueológicos de grupos pré-coloniais —, em diálogo com outras paisagens engendradas pelo projeto migratório europeu e, posteriormente, pelo desenvolvimento industrial enquanto cidade. Ao revisitar relatos de viajantes e imigrantes, buscou-se não apenas identificar as características biofísicas, mas também analisar percepções de paisagem que moldaram projetos e intervenções humanas nesse ecossistema. Assim, a pesquisa contribui para o debate sobre os manguezais e a Lagoa do Saguau, reconhecendo-a por meio de fontes escritas e materiais como uma paisagem diversa em seu patrimônio arqueológico e ambiental.

Identificação do problema: o conflito entre progresso e proteção

O principal problema que norteia essa discussão reside na tensão histórica entre o modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado por Joinville e a manutenção da integridade de seu patrimônio cultural e ambiental.

Historicamente, a cidade, com frequência apelidada de “Manchester catarinense” (Niehues, 2000; Coelho, 2010), consolidou uma identidade voltada ao trabalho e à indústria,

narrativa esta que tendeu a marginalizar ou mesmo apagar as evidências de ocupações humanas anteriores, bem como a importância ecológica de seus sistemas estuarinos.

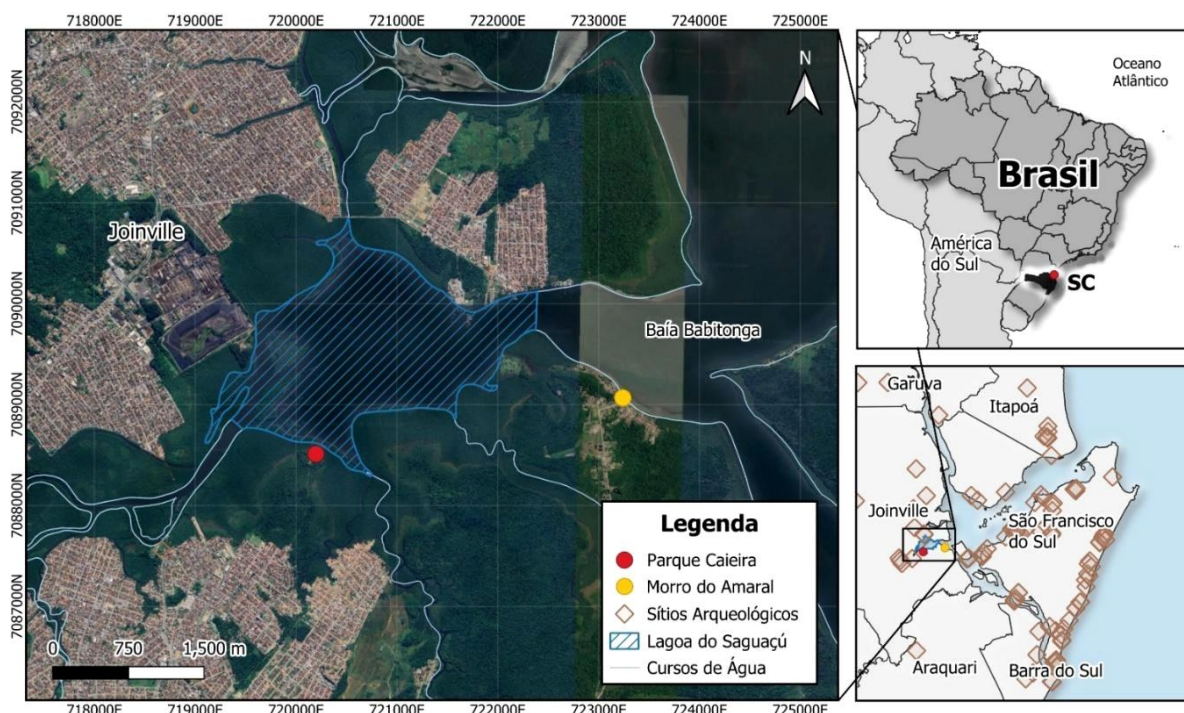
A ocupação dos manguezais e das margens da Lagoa do Saguçu foi pautada por uma perspectiva que vê a natureza como um recurso inesgotável ou obstáculo ao progresso. Esse olhar resultou na destruição sistemática de manguezais e sambaquis — estes foram explorados como matéria-prima para a pavimentação de ruas e a produção de cal em caieiras. Tal processo não representou apenas a perda de ambientes naturais complexos; resultou numa “ferida urbana” que apagou registros milenares da presença humana na paisagem regional (Bigarella; Tiburtius; Sobanski, 1954).

Se não bastasse o impacto ao patrimônio arqueológico pré-colonial, o modelo de desenvolvimento e visão de mundo trazido pelos imigrantes europeus invisibilizou outros grupos, como as populações indígenas e os africanos, das narrativas de formação da cidade. Isso contribuiu para uma percepção fragmentada do patrimônio (Coelho, 2010; Borba, 2015). O problema agrava-se na contemporaneidade, com a segregação socioespacial. Áreas de manguezal, por exemplo, legalmente protegidas, tornam-se palco de ocupações informais e insalubres, fruto de um crescimento urbano que desconsidera as limitações ambientais e a justiça social (Souza, 1991; Vieira, 2010). Portanto, questiona-se: como abordar a memória e a preocupação com a proteção ambiental de uma paisagem tão profundamente alterada e, ao mesmo tempo, tão rica em significados ancestrais?

A Lagoa do Saguçu e suas paisagens

A Lagoa do Saguçu integra o complexo estuarino da Baía Babitonga, situada no litoral norte de Santa Catarina (Figura 1). Esse ecossistema é reconhecido como a última grande formação de manguezal do Hemisfério Sul (Cremer, 2006), agindo como um divisor natural entre municípios como Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Araquari e Balneário Barra do Sul. A importância ambiental dessa paisagem na Baía Babitonga é imensurável, pois ela funciona como berçário da vida marinha, sustentando a produtividade pesqueira local e regional, por meio de serviços ecossistêmicos relevantes, como a filtragem de nutrientes, a proteção costeira contra erosão e eventos climáticos extremos e a manutenção da qualidade da água (Ibama, 1998; Pinheiro; Cremer, 2003; Fossile *et al.*, 2017).

Figura 1: Localização da Lagoa do Saguacu, na Baía Babitonga (Joinville, SC)



Fonte: Elaboração própria.

Situada no litoral norte de Santa Catarina, a área que compreende a Baía Babitonga é de aproximadamente 160 km², com comprimento máximo de 20 km e até 5 km de largura. Nesse sistema estuarino, destacam-se canais associados a desembocaduras fluviais de rios como o Cubatão, Cachoeira e Parati-Mirim (Mazzer; Gonçalves, 2012). Esses rios não apenas contribuem com o fluxo de água doce, mas também transportam nutrientes — e, por vezes, contaminantes provenientes de atividades agrícolas e industriais — para a Baía Babitonga, que atua como um sistema de suporte para diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos (Trein, 2002).

A Lagoa do Saguacu caracteriza-se por ser uma área de transição crucial, ou seja, a mistura de águas doces e salgadas favorece a biodiversidade característica da Mata Atlântica, incluindo uma rica variedade de flora e fauna adaptadas a esse ambiente salobro. A vegetação de manguezal, com suas raízes aéreas e adaptadas à salinidade, desempenha papel fundamental na estabilização dos sedimentos e na oferta de habitat para inúmeras espécies e na contenção da erosão da costa (Diegues, 1991; Schaeffer-Novelli, 2002; Cremer, 2006).

Geologicamente, a Baía Babitonga é um estuário de planície costeira formado por processos de transgressão e regressão marinha ao longo do Holoceno. Sua geomorfologia complexa, com a presença de ilhas, canais e enseadas, contribui para a formação de microambientes que abrigam uma elevada biodiversidade (Mazzer; Gonçalves, 2012). A

hidrodinâmica da baía é influenciada pelas marés, pelo regime de chuvas e pela descarga dos rios, criando um gradiente de salinidade que é essencial para a manutenção dos manguezais (Knie, 2002). A Lagoa do Saguaçu, por sua vez, é um corpo d'água semifechado, conectado à baía por canais, o que a torna particularmente sensível a alterações no fluxo de água e na qualidade dos sedimentos. A interação entre esses fatores físicos e biológicos resulta em um ecossistema altamente produtivo, mas também vulnerável a pressões antrópicas (Diegues, 1991; Correa, 2013).

A *paisagem inicial* da Baía Babitonga e da Lagoa do Saguaçu, antes das grandes intervenções com o processo de colonização e formação da cidade de Joinville (fundada no ano de 1851), era dominada por extensos manguezais, florestas de restinga e uma fauna diversificada, que incluía aves migratórias, mamíferos e uma vida aquática abundante. Esse ambiente natural fornecia os recursos necessários para a subsistência das populações pré-coloniais, que desenvolveram uma profunda relação de interdependência com a paisagem (MASJ, 2001). A compreensão dessa paisagem pretérita é importante para avaliar as transformações subsequentes e o impacto das atividades humanas ao longo do tempo (Zanirato; Ribeiro, 2006; Correa, 2013).

Conforme os registros arqueológicos, a ocupação humana mais antiga da Babitonga se refere ao contexto do Holoceno inicial. Numa paisagem pretérita, estudos remontam a ocupação humana em 10.000 AP, com elevação do mar entre 20 e 25 m abaixo da atual (Bandeira, 2004; Costa, 2021). Segundo Beatriz Costa (2021, p. 174-175), “a área hoje adjacente à baía da Babitonga era, portanto, zona continental, e hipoteticamente vegetada por floresta ombrófila densa, ou até mesmo floresta ombrófila mista por extrapolação dos dados produzidos por Sallun *et al.* (2011) para o sul do litoral de SP”.

Segundo Costa (2021), trata-se de um território primeiramente habitado por grupos originários (os quais chamamos de indígenas), que deixaram registros materiais de suas atividades como caçadores-coletores de floresta em estágio de estabelecimento. Um sítio foi relacionado com atividades de exploração (OCH19, Itapoá, sem material datável) e uso de seixos de rios, e outro (E1EC, São Francisco do Sul, 10.900 cal. AP), com manutenção de equipamentos e exploração variada de materiais líticos. Há registros e sítios arqueológicos ligados à tradição Umbu, e alguns deles, referindo-se ao contexto da colonização, sugerem

ciclos de estadia mais prolongada na paisagem da Baía Babitonga (Aterro Sanitário, Joinville, 8.600 anos cal. AP)⁴.

Numa paisagem milenar e diversa, outra ocupação importante da Baía Babitonga, que soma o maior número de sítios arqueológicos, mais de 140, remonta há pelo menos 6.000 anos AP e diz respeito aos povos sambaquieiros (Bandeira, 2004). Esses grupos pré-coloniais edificaram estruturas intencionais — os sambaquis — compostas predominantemente de conchas e moluscos, que funcionavam como locais de habitação, sepultamento e marcos territoriais (MASJ, 2001; Bandeira, 2004). Também há vestígios materiais posteriores que evidenciam diversas formas de mobilidade no processo de ocupação Guarani na Baía Babitonga e litoral norte de Santa Catarina (Bandeira, 2014; Almeida; Milheira, 2020)⁵.

Na paisagem da Lagoa do Saguau, o sítio arqueológico Sambaqui Lagoa do Saguau é um registro emblemático dessa presença ancestral, revelando uma intensa relação simbólica e material com o ambiente costeiro e seus recursos (MASJ, 2001). Estudos recentes sugerem que esses povos da Baía Babitonga caçavam grandes baleias há cinco mil anos, demonstrando a complexa interação com o ecossistema marinho e um conhecimento avançado de caça e navegação (McGrath *et al.*, 2026). A presença desses sambaquis em áreas urbanas de Joinville, como o Morro do Ouro e a própria Lagoa do Saguau, destaca a necessidade de proteção e estudo contínuo desses sítios (Bandeira, 2010).

Representando a diversidade de povos que habitaram essa paisagem ao longo do tempo, há registros de outras ocupações por volta de 1.150 anos AP, como, por exemplo, grupos ceramistas das tradições Itararé e, mais tarde, Guarani (tupi-guarani) (Bandeira, 2014; Almeida; Milheira, 2020). Esses povos introduziram tecnologias, como a cerâmica e práticas agrícolas incipientes, mantendo, contudo, uma profunda conexão com os recursos da baía. A cultura material desses grupos, como artefatos de barro cozido e vestígios de cultivo, complementa o registro arqueológico, oferecendo uma visão mais completa da diversidade cultural pré-colonial (Bandeira, 2014).

⁴ Para Costa (2021) é interessante considerar que atualmente a vegetação de restinga atinge no máximo 5 km a partir da linha de costa. Esses registros da ocupação humana pré-colonial podem não ter relação com atividades costeiras/marinhas, como as dos povos sambaquieiros, por exemplo. Esses povos pretéritos estariam adaptados a ambientes supostamente semelhantes ao do atual planalto. Ver mais em Costa (2021).

⁵ Ressalta-se que, nos limites deste artigo, não há pretensão de fazer um levantamento ou análise dos vestígios arqueológicos na Baía Babitonga (que vem sendo estudada de maneira mais aprofundada por diferentes arqueólogos, universidades e instituições de pesquisa), mas, como recorte da pesquisa, reflete-se sobre alguns dos estudos já realizados na Lagoa do Saguau e arredores que registram uma paisagem de ocupação humana diversa e milenar.

Na Figura 2 é possível observar a etapa de elaboração do diagnóstico arqueológico e paleoambiental pela equipe técnica do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) no ano de 2001, identificando oficinas líticas na Lagoa do Saguaçu.

Figura 2: Oficina lítica na paisagem da Lagoa do Saguaçu



Fonte: MASJ (2001).

A paisagem que atualmente corresponde à Lagoa do Saguaçu, antes mesmo da fundação de Joinville, pertencia à antiga Freguesia de São Francisco do Sul e integrava o projeto de distribuição e colonização de sesmarias de terras devolutas desde o século XVII. Assim, é fundamental destacar que a história é diversa e de longa duração. Mesmo no processo de ocupação e imigração europeia na Baía Babitonga, há na paisagem inúmeros grupos étnicos, seja de europeus, seja de não europeus, assim como a presença de africanos e afrodescendentes (que por diversas vezes foram escravizados e invisibilizados nas narrativas tradicionais). Esse processo de invasão e colonização trouxe consigo a mão de obra africana, cujos descendentes formaram comunidades que, como a do Morro do Amaral, preservam até hoje modos de vida ligados à pesca e ao extrativismo, evidenciando uma rica herança cultural e social que merece ser reconhecida e valorizada (Findlay, 2013; Borba, 2014; Ferreira *et al.*, 2019).

A toponímia dessas paisagens, com nomes de origem indígena tupi como Babitonga e Saguaçu, também reflete essa ancestralidade, com diversas interpretações que denotam nos seus significados referências à beleza natural e abundância de vida na região (Bandeira, 2014). A Lagoa do Saguaçu foi chamada de “Rio Saguaçu” por Auguste de Saint-Hilaire (1978), que afirmou que o Rio Saguaçu podia ser percorrido à canoa. Para o viajante, Saguaçu vem do guarani *saí guaçu*, que significa “olho grande” (Saint-Hilaire, 1978, p. 140). Para Bandeira

(2014), Saguau pode referir-se a *Saguassu*, que quer dizer grande (fruta ou semente), ou variedade de bugio. Essas diversas toponímias fazem menção à variedade de frutas e animais que há na paisagem de uma intitulada *terra formosa*.

Alguns estudos se referem à origem do nome Babitonga como uma variação de *ibiporanga* (*ibi* = terra) e *poronga* (formosa), sendo já conhecida pela sua atribuição como terra formosa. Mas também pode referir-se a uma variação de *bopitanga*, que também deriva de *mbitanga*, que significa *vermelho* ou *avermelhar*, próximo a *mbaé* (*pitanga* = a vermelha), além de *babaétoungá*, *lugar contornado pelas águas* ou *lugar das pitangueiras* (Bandeira, 2014).

Na Lagoa do Saguau, um dos primeiros registros materiais de ocupação humana pode ser reconhecido nas oficinas líticas e nos sambaquis (Bandeira, 2010; 2014). Sabe-se que essa paisagem foi escolhida pelas populações indígenas para sua ocupação e sobrevivência na Baía Babitonga. Essa escolha expressa-se pelo grande número de sítios arqueológicos na região — “cerca de 150 sítios deste tipo” (Bandeira, 2010, p. 17) —, concentrados na cidade de Joinville. Ademais, ainda há a “grande probabilidade de se encontrar sambaquis ainda não cadastrados” (Bandeira, 2010, p. 17).

A ocorrência de sítios arqueológicos no litoral norte de Santa Catarina, onde a Baía Babitonga se encontra, é de natureza múltipla quanto à sua tipologia, chegando a apresentar sítios de características tipológicas multicomponenciais. Há sambaquis, sítios cerâmicos e históricos, aldeias, oficinas líticas, entre outros que são parte integrante do patrimônio arqueológico (Bastos, 2002, p. 19).

Os sambaquis particularmente, muito além de depósitos de conchas, são complexos monumentos que revelam a organização social, as práticas rituais e a cosmovisão dos povos que os construíram. A destruição desses sítios, como mencionado anteriormente, não foi apenas uma perda material, mas um apagamento de parte significativa da memória e da identidade regional (Bastos, 2002; Bandeira, 2004; Fossari, 2004). Por isso, a arqueologia tem desempenhado um papel crucial na investigação e interpretação desses vestígios materiais, permitindo reconstruir aspectos da vida cotidiana, da dieta, das tecnologias e das relações desses povos com o ambiente. Mediante um conjunto de vestígios materiais, a análise de artefatos líticos, cerâmicos e ósseos, bem como de restos faunísticos e florísticos, oferece um panorama detalhado e mais aprofundado da adaptação humana a esse ecossistema costeiro ao longo de milênios, como paisagem diversa e com uma história de longa duração.

Processos de urbanização e transformações da paisagem

Desde os séculos XVIII e XIX, a Baía Babitonga e a Lagoa do Saguau foram mencionadas em fontes escritas por diversos viajantes e imigrantes europeus cujos relatos são valiosos para se compreender as percepções da época e a construção de uma imagem da paisagem brasileira. Auguste de Saint-Hilaire, em suas passagens pela região, registrou minuciosamente a natureza local, com frequência comparando-a com paisagens europeias. Viajando em direção à Ilha de São Francisco do Sul, relatou, ao passar pela Baía Babitonga: “Lembrei, da França, que no litoral da Bretanha tudo se junta para dar à paisagem um aspecto melancólico — pedreiras cinzentas e nuas, e num céu pálido e brumoso, uma vegetação enfezada” (Saint-Hilaire, 1978, p. 141).

Foram vários os registros feitos por “naturalistas” que realizaram expedições pelo Brasil com pesquisas teóricas por meio de “observações empíricas” acerca da paisagem nacional (Arruda, 2009; Correa, 2013). Para Saint-Hilaire (1978), a Lagoa do Saguau — que ele denominou Rio Saguau — era uma via navegável de grande beleza, embora marcada por uma natureza que lhe parecia, por vezes, melancólica ou selvagem:

Quando nos aproximávamos do nosso destino, o tempo que até então se mantivera sombrio começou a clarear, e eu pude admirar o azul luminoso do céu, cujas tonalidades contrastavam com o verde-escuro das montanhas [...]. Não se pode dizer que a natureza seja risonha no litoral do Brasil. As escuras matas que cobrem as montanhas têm qualquer coisa que lembra os sombrios versos de Ossian (Saint-Hilaire, 1978, p. 141).

Suas descrições, embora ricas em detalhes botânicos e geográficos, também revelam uma perspectiva que valorizava a natureza exótica, mas enquadrava-a em categorias preexistentes de beleza e utilidade europeias, refletindo um olhar eurocêntrico que buscava familiaridade em terras distantes e, ao mesmo tempo, projetava ideais estéticos e civilizatórios.

Em *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, o médico e viajante europeu Robert Avé-Lallemant (1980) descreveu a travessia de São Francisco do Sul em direção à Colônia Dona Francisca na segunda metade do século XIX:

O cenário da margem é magnífico e mesmo grandioso. [...] Em torno de ilhas verdejantes murmuram docemente as límpidas ondas do mar e cada vez mais perto assomavam as serras. [...] Lançamos nossa âncora e tivemos de esperar algumas horas [...]: as estrelas cintilavam maravilhosamente no escuro da região; sobre a água lisa como um espelho passavam ligeiras canoas com fogo para atrair caranguejos; aqui e ali saltava, no elemento úmido, um peixe assustado e no silêncio da noite ecoava o grito selvagem dos pássaros. Pelas 9 horas surgiu soberbamente, a lua; navegamos para a frente e chegamos à *bonita Lagoa do Saguau* e; entramos num pequeno rio, o Rio

Cachoeira, subindo as suas curvas entre margens ligeiramente veladas, meio escondidas pelo nevoeiro (Avé-Lallemant, 1980, p. 178-179, grifo nosso).

Avé-Lallemant (1980) registrou em seu percurso práticas pesqueiras de populações que já habitavam a Baía Babitonga, o caminho a ser percorrido até chegar a Joinville, pela Lagoa do Saguau até o Rio Cachoeira. Embora o viajante tenha ressaltado a exuberância dos manguezais e a “bonita Lagoa do Saguau”, suas descrições também carregam um viés eurocêntrico acentuado. A natureza era vista como uma “conquista” necessária, e os habitantes locais — indígenas e luso-brasileiros — eram frequentemente retratados como obstáculos ao progresso ou “preguiçosos”, justificando a intervenção e a colonização (Avé-Lallemant, 1980).

A criação da Colônia Dona Francisca, em 1851, marcou uma ruptura drástica em relação à paisagem da Baía Babitonga. O projeto imigratório, incentivado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo com contrato com o Príncipe de Joinville, proprietário de terras na região (Ficker, 2008), trouxe um ciclo econômico baseado na agricultura e, posteriormente, na indústria. A Lagoa do Saguau serviu como porta de entrada, pois aportou os imigrantes nos primeiros anos de ocupação da paisagem no projeto da colônia.

No livro *História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca*, Carlos Ficker (2008) ressalta a Lagoa do Saguau como um ponto estratégico dos imigrantes que subiriam pelo Rio Cachoeira até o Porto Bucarein, para chegar a Joinville. Segundo o autor, no dia “22 de maio de 1850, as canoas lotadas com pessoas e bagagem, vagavam à frente, atravessando a Baía Babitonga e a *Lagoa do Saguau*, subindo o Rio Cachoeira” (Ficker, 2008, p. 59, grifo nosso). O relato sobre a chegada da embarcação utilizando a Lagoa do Saguau como parte da escolha de trajeto e local para a fundação da colônia simboliza o início de uma fase de intensas intervenções antrópicas na paisagem e revela sua importância para a navegação e, posteriormente, como escoamento da produção de cal (Zerger, 2013).

Por meio dessas descrições de viajantes e imigrantes, podemos pensar sobre a relevância da Lagoa do Saguau no fim do século XIX para o projeto imigratório. Ela está diretamente associada à mudança da paisagem da Babitonga e aos seus consequentes processos de transformações ambientais, sociais e culturais, com a posterior formação de Joinville, que atualmente é a maior cidade do estado de Santa Catarina. Nesses registros escritos é possível evidenciar uma visão eurocêntrica, que, ao buscar classificar a natureza e seus habitantes, contribuiu para a desvalorização de saberes e práticas locais, pavimentando o caminho para a exploração intensa dos recursos naturais e a marginalização das populações tradicionais.

A análise dessas fontes é crucial para entender representações sobre paisagens pretéritas, reconhecendo formas de ocupação e, conseqüentemente, a transformação do ambiente, refletindo sobre representações de uma mentalidade que priorizava a exploração e a adaptação humana aos padrões europeus de desenvolvimento e civilidade (Correa, 2013). Esse olhar repercutiu em diversas narrativas históricas sobre Joinville, transformando os manguezais em “lamaçais” a serem saneados ou os sambaquis em recursos de exploração como fontes de cal, desconsiderando seu valor cultural e arqueológico intrínseco à paisagem até meados do século XX (Ficker, 2008).

Segundo Guedes (2005), a cidade estava se consolidando em terrenos de mangue, num processo de formação de aterros e desmatamento desse solo, descrito como úmido e sujeito a enchentes constantes. Avé-Lallemant (1858 *apud* Guedes, 2005, p. 26) descreveu:

O que se vê em Joinville está no começo. Canta o machado à esquerda e à direita e penetra no tronco das grandes árvores da mata. Um estalido ligeiro, quase imperceptível, adverte o diligente trabalhador. Mais um golpe e estrala o tronco e crepita forte e com violento ruído lentamente se precipita ao solo, de modo que o homem, se prudente, sempre tem tempo de recuar para não ser ferido pelo tronco que desaba. [...] Com um ruído crepitante desaba uma pequena mata e onde antes havia escuras brenhas se forma uma perfeita clareira.

O crescimento da cidade de Joinville exigiu um projeto constante de domesticação da natureza: florestas foram derrubadas e manguezais aterrados para dar lugar a ruas e edificações. Podemos relacionar esse processo a outros projetos nacionais e internacionais que visavam à eliminação da floresta para o progresso, que viam a natureza na América como um obstáculo a ser vencido e/ou uma possibilidade de exploração para o desenvolvimento econômico (Arruda, 2009; Correa, 2013). Um dos impactos mais severos e lamentáveis foi a destruição dos sambaquis. Na Lagoa do Saguçu há uma das principais estruturas materiais históricas (Figura 3) que registram o processo de extração dos sambaquis para a produção de cal no processo de formação da paisagem da cidade (Bandeira, 2010).

Figura 3: Estruturas remanescentes da Caieira: fornos de cal na Lagoa do Saguau



Fonte: Elaboração própria.

Por muito tempo, os sambaquis foram “explorados comercialmente para o fabrico da cal a partir das conchas, em indústrias rudimentares, denominadas caieiras” (Joinville, 2010, p. 74). Antes do surgimento da Lei de Proteção dos Bens Pré-Históricos, que protegeu os sambaquis, parte do casqueiro (nome popular dado ao sambaqui) da Lagoa do Saguau “serviu para o calçamento de ruas e como argamassa, em edificações da área central” (Vieira, 2010, p. 70). “Por terem sido fonte de matéria-prima para a produção de cal de concha e pavimentação de estradas até a década de 1960, muitos destes sítios foram totais ou parcialmente destruídos” (Joinville, 2010, p. 17).

Na segunda metade do século XX, a industrialização acelerada consolidou Joinville como um polo metal-mecânico e têxtil, atraindo grande contingente populacional em busca de trabalho (Niehues, 2000). Bairros como Boa Vista e Adhemar Garcia se expandiram sobre áreas de manguezal, resultando em ocupações que causaram grandes transformações na paisagem (Cristofolini, 2013). Esse processo de urbanização desenfreada não apenas degradou o meio ambiente, mas também aprofundou a segregação socioespacial, marginalizando comunidades que dependiam da lagoa para sua subsistência e que foram vistas como empecilho ao desenvolvimento e à modernidade.

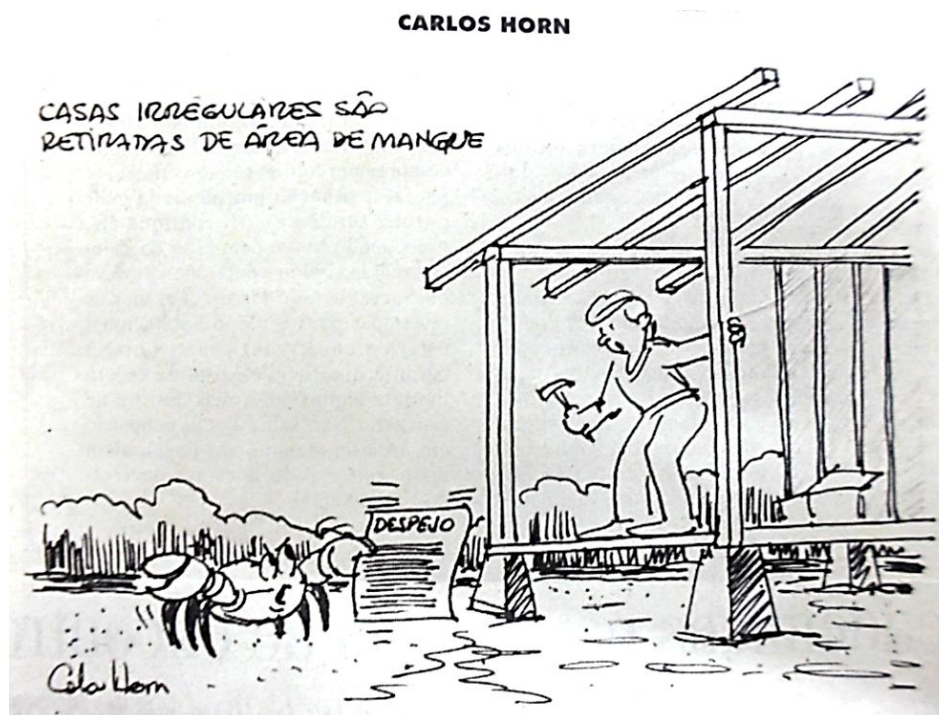
Corrêa e Rosa (1992) descrevem o contexto de formação dos bairros em Joinville, afirmando que nos bairros nos arredores da Baía Babitonga

pescavam prejerêba, pescada, bagre, cação, arraia, camarão, tainha, siri, caranguejo, bacucu, robalo, miraguaia, que eram vendidos no Mercado municipal, para onde se dirigiam também de canoa. [...] Para ajudar no orçamento doméstico estes moradores plantavam mandioca [...], aipim, batata, feijão, milho, cará, abóbora e cana-de-açúcar. Criavam galinhas e porcos para o mesmo fim. Caçavam tatu, raposa, capivara, gambá, tamanduá, paca, etc. (Corrêa; Rosa, 1992, p. 108-109).

Segundo Corrêa e Rosa (1992), a localidade era anteriormente conhecida como Riacho Saguau, mas, “a partir de 1935, passou a adotar a denominação Morro do Amaral, em virtude de as terras pertencerem, em sua grande maioria, à Família do Amaral” (Corrêa; Rosa, 1992, p. 107). Até os dias de hoje, algumas dessas comunidades que se constituíram nos arredores da Baía Babitonga têm a pesca como sua principal atividade econômica, como é o caso da comunidade da Ilha Morro do Amaral. Inicialmente, a área que corresponde hoje à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Morro do Amaral fora categorizada como parque natural municipal, em 1989. Porém, por causa das restrições de uso (proteção integral) de um parque, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ele foi recategorizado em 2012 para atender às demandas da comunidade em que está inserido.

Desde as últimas décadas do século XX, as comunidades pesqueiras resistem com suas atividades na cidade. Essas populações, situadas nos arredores dos manguezais, contudo, passaram a ser mais ameaçadas ao ter de coexistir com o processo de degradação e intervenção urbana na paisagem, além das práticas industriais na Baía Babitonga. A implantação de indústrias em áreas de manguezal, especialmente a Tupy, no Boa Vista, foi pensada considerando a Lagoa do Saguau como estratégica para o transporte hídrico, mas gerou assentamentos espontâneos e sem infraestrutura, evidenciando a prevalência do interesse econômico sobre a área ambiental e a dimensão social (Souza, 1991; Sperfeld, 2009). Nessa “disputa pelo espaço urbano, os mais frágeis na escala social são empurrados a confrontar-se com a natureza e avançar sobre ela” (Martins, 2006, p. 11), gerando tensões sobre a proteção ambiental e a vulnerabilidade social, conforme ilustra a charge apresentada na Figura 4.

Figura 4: Charge referindo-se ao despejo das pessoas que ocupavam o mangue de Joinville, SC



Fonte: Horn [s.d.].

A notícia intitulada “Habitação: problema que se agrava a cada dia”, publicada no *Jornal de Santa Catarina* (1987), narra que já no ano de 1987 havia a carência de 20 mil habitações em Joinville, mas ao mesmo tempo 26 mil terrenos baldios, com infraestrutura completa na região urbana da cidade, eram mantidos “intactos”, visando à especulação imobiliária. Enquanto isso, foram construídos conjuntos habitacionais em regiões periféricas e úmidas, carentes de infraestrutura necessária ao conforto e à estabilidade sanitária dos moradores (Cristofolini, 2013; Krassota, 2017).

Embora o Brasil tenha introduzido “uma revalorização da natureza” ao longo do século XX, também nesse processo “o povo, especialmente, as ‘gentes’ do interior, sempre foram vistos com desconfiança, com asco, pela ‘elite’ portadora da ideia de modernidade” e sua ideia de expansão territorial que não incluía “as gentes”, como sinônimo de cidadania e modernidade por parte do Estado (Arruda, 2009, p. 197). As principais representações sobre a paisagem não somente no plano local, como no nacional estão intrinsecamente relacionadas às preocupações governamentais de exploração da natureza e desqualificação da população local em detrimento da construção de uma identidade nacional e do desenvolvimento econômico. Faz-se necessário questionar as fontes sobre as visões lineares de progresso, que, na maioria das vezes, ignoram os impactos ambientais (Arruda, 2009; Correa, 2013).

Segundo a historiadora Ilanil Coelho (2010), a busca por mão de obra de cidades catarinenses e estados brasileiros, por meio de anúncios feitos pelas indústrias, fez com que muitas famílias buscassem Joinville como uma oportunidade de trabalho e moradia, transformando não somente o ambiente da cidade, mas igualmente os discursos que engendram novas tramas de uma cidade onde predominavam a indústria e os imigrantes europeus e que marginalizava outras festividades, hábitos alimentares, práticas culturais de diferentes grupos étnicos. Conforme Cristofolini (2013), nesse contexto histórico, os manguezais, a Lagoa do Saguau e os bairros nos arredores da Babitonga foram paisagens muitas vezes esquecidas e/ou marginalizadas diante do projeto de construção de uma cidade industrial.

Patrimônio, proteção e usos atuais

A discussão sobre a paisagem da Lagoa do Saguau revela uma profunda dicotomia entre os movimentos de destruição e os esforços de proteção. Se, por um lado, o processo de urbanização industrial de Joinville resultou em perdas irreparáveis para o patrimônio arqueológico e ambiental, por outro, as últimas décadas do século XX testemunharam o surgimento de práticas preservacionistas fundamentais. A criação do Parque Natural Municipal da Caieira, em 2004, e a atuação do MASJ representam marcos nessa trajetória de salvaguarda, promovendo a conscientização sobre a diversidade de populações indígenas e a cultura material da Baía Babitonga. O MASJ, por meio de materiais didáticos e pesquisas arqueológicas, tem contribuído significativamente para a valorização da história de longa duração da região, destacando a importância dos sambaquis como testemunhos da ocupação humana pré-colonial e da relação intrínseca entre o homem e o ambiente.

Na dissertação de mestrado em patrimônio cultural e sociedade, intitulada *Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um patrimônio*, Zerger (2013, p. 68) afirma:

As caieiras representam valor a partir das memórias e referências que as comunidades têm em relação a elas, mas também como espaços que podem nos fazer pensar sobre as práticas do passado e, porque não, das práticas do presente sobre o trabalho, as relações com o ambiente, o que significa patrimônio cultural.

A denúncia da situação de depredação pelas atividades das caieiras nos sambaquis (Bandeira, 2010; Zerger, 2013), mediante o registro de arqueólogos como Bigarella, Tiburtius e Sobanski (1954) e Rohr (1984), que visitaram *in loco* alguns sambaquis de Joinville, contribuiu significativamente com o processo de reconhecimento das caieiras como patrimônio arqueológico e cultural.

Antes da Lei n. 3.924/1961, esses sítios arqueológicos foram sistematicamente minerados para a produção de cal nas caieiras e para a pavimentação de estradas, resultando em perdas inestimáveis para o patrimônio arqueológico e para a compreensão da história pré-colonial da região (Zerger, 2013). A exploração comercial desses bens, que eram vistos como mera fonte de recurso, demonstra a falta de reconhecimento de seu valor cultural e científico. Segundo Bandeira (2010), as estruturas da indústria de cal funcionaram ao lado do sambaqui para a sua exploração e perduraram do fim do século XIX até o ano de 1942, deixando de funcionar aos poucos,

quando a cal produzida a partir das cinzas provenientes da queima das conchas deixou de ser lucrativa, sendo substituída em larga escala pela cal mineral, extraída de jazidas rochosas. Isto impactou, consideravelmente, a estrutura original do sambaqui, portanto, o que vemos hoje é o que sobrou de uma construção muito maior (Bandeira, 2010, p. 74).

A proteção de sítios como o Sambaqui Lagoa do Saguçu não é apenas uma questão de cumprimento legal, mas uma necessidade ética de reconhecimento da ancestralidade e da complexidade histórica da região. A descaracterização da paisagem inicial, imposta por uma visão eurocêntrica e produtivista, demanda agora áreas protegidas que funcionem como laboratórios de memória e biodiversidade. A presença de fornos de caieiras que operaram até meados do século XX, embora símbolo de uma fase destrutiva, hoje integra o patrimônio complexo (industrial, arqueológico e natural) que compõe a unidade de conservação denominada Parque Natural Municipal da Caieira. Isso permite uma leitura crítica e interdisciplinar, a fim de buscar maior compreensão sobre essa paisagem e as consequências da exploração desmedida do ambiente e do patrimônio, notadamente parte dele arqueológico (MASJ, 2001). A recuperação ambiental desses sítios é um desafio que envolve a tutela jurídica e políticas públicas com a participação da comunidade, buscando a reversão dos danos causados e a promoção da sustentabilidade (Krassota, 2017).

Até os dias de hoje, a ocupação urbana em manguezais, como nos bairros arredores à Lagoa do Saguçu, como Adhemar Garcia e Boa Vista, passou a ser associada a discursos de marginalização de populações ribeirinhas e de operários, bem como à gentrificação da paisagem, com o processo de industrialização da cidade de Joinville. Para Cristofolini (2013), “tal quadro demográfico de mudança implica transformações na paisagem urbana”, evidenciando a desarticulação entre a sociedade, o meio ambiente e a economia, na prevalência do interesse pelo desenvolvimento econômico a qualquer custo. Desconsiderando a importância do ecossistema dos mangues, o processo de urbanização da cidade se moldou “destruindo

extensas áreas de manguezais que deveriam permanecer preservadas” (Cristofolini, 2013, p. 59). Sobretudo a pescadores artesanais que dependem das áreas de manguezais e da Lagoa do Saguau, a ocupação não trouxe benefícios, visto que degradou parte do ecossistema que lhe propicia alimentação e fonte de renda.

Atualmente, outro agravante na piora da qualidade ambiental da Baía Babitonga e, em maior escala, da Lagoa do Saguau foi o fechamento do Canal do Linguado. O que servia como traqueia e possibilitava a respiração da baía foi fechado com um dique em 1936, para a passagem da rodovia BR-280. A conexão hidráulicamente eficiente foi descaracterizada, e a Baía Babitonga foi dividida em dois estuários: a porção sul, com menor dimensão hidrodinâmica, e a porção norte, bem maior, tendo seu corpo d’água principal 167 km² e 83 ilhas (Univali, 1994). Muitos dos efeitos de assoreamento ocorridos e outros danos ambientais provocados pelo acúmulo de poluentes trazidos pelos afluentes podem ser resultado desse fechamento, segundo o diagnóstico ambiental da Baía Babitonga (Morales, 2006).

Esse tema é bastante estudado e debatido, visto que gerou considerável alteração na paisagem e na hidrodinâmica da Baía Babitonga, como o represamento, que contribuiu para o assoreamento da baía e, especialmente, da Lagoa do Saguau. A lagoa, que antes era navegável, hoje dificilmente o é, sobretudo se a maré estiver baixa. Outro aspecto agravante é que, com a maré alta, a direção da vazão dos afluentes se inverte (remanso), e uma grande parte dos poluentes volta às suas origens (Rocha, 2000), atingindo áreas abaixo do nível do mar em Joinville. Assim, os usos atuais da Lagoa do Saguau refletem diversas tensões contemporâneas.

A valorização da paisagem como patrimônio nacional, como é o caso dos manguezais que fazem parte da Mata Atlântica, é crucial para garantir a qualidade de vida humana e a sustentabilidade dos recursos naturais, conforme estabelecido pela Lei n. 11.428/2006 (Brasil, 2006). Igualmente, a busca por um desenvolvimento que satisfaça às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem às suas próprias demandas, como preconizado por Leff (2001), é um imperativo para a região. Num âmbito global, desde o ano de 1971 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) reconhece a Mata Atlântica como um bioma importante para a sustentabilidade do planeta, sendo parte da reserva da biosfera.

Os manguezais e as restingas, por serem ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica, têm *status* constitucional de patrimônio nacional. Esse entendimento é corroborado pelo Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008, que define a Mata Atlântica e inclui os

ecossistemas a ela associados na proteção legal. A utilização dos recursos naturais provenientes desses ecossistemas deve ocorrer nos termos da legislação vigente, em condições que corroboram a preservação do ambiente.

O bioma Mata Atlântica ocupa grande parte do litoral brasileiro e, ao longo do tempo, foi muito alterado pela urbanização e por outras atividades humanas. Apesar disso, ainda abriga uma rica biodiversidade e concentra recursos essenciais para a vida, como água, alimentos e abrigo, fundamentais para muitas espécies de plantas e animais, incluindo os seres humanos. Apesar da indicação em diferentes discursos sobre a importância do patrimônio, Cristofolini (2013) chama atenção para o fato de que em Joinville, insatisfatoriamente, ainda são investidos poucos recursos financeiros nas áreas protegidas, e algumas medidas públicas vêm

penalizando, sobretudo, os trabalhadores de baixa renda, como é o caso da poluição e assoreamento dos cursos hídricos da região de Joinville (rios Cachoeira, Bucarein, Lagoa do Saguau, Baía Babitonga, bem como de áreas de manguezais), que dificulta e até mesmo impossibilita a pesca artesanal, a navegação e a prática de atividades desportivas, de lazer e recreação (Cristofolini, 2013, p. 53).

Humanos e não humanos coexistem na Lagoa do Saguau. Preservar e recuperar os remanescentes florestais e os ecossistemas dessa paisagem que compõe a Mata Atlântica é essencial para garantir a continuidade da vida tanto silvestre quanto humana (Schaeffer-Novelli, 2002).

Na paisagem contemporânea da Lagoa do Saguau, há um processo histórico e contínuo de ocupação que imbrica diferentes disputas, interesses, usos e tensões de diferentes grupos — moradores, gestores, visitantes etc. No viés do patrimônio cultural, embora desde a criação do Parque Natural Municipal da Caieira tenha crescido o número de atividades e políticas voltadas à educação ambiental e patrimonial na paisagem da lagoa, há contínuas discussões acerca da concessão e privatização em parques da cidade. Uma reportagem publicada em março de 2026 evidencia as discussões atuais sobre essas paisagens: aos “interessados a apresentar análises técnicas, econômicas e jurídicas sobre a viabilidade da medida. Estão incluídos no processo o Parque Zoobotânico, Morro do Finder, Parque da Caieira e Parque 25 de Julho, além de outras estruturas na região do Morro da Boa Vista” (Rehr, 2026).

Contudo, para a preservação do patrimônio arqueológico e ambiental da Lagoa do Saguau e do parque, é necessário avaliar os riscos sobre a terceirização de parques municipais e reiterar a importância de políticas públicas em medidas contínuas. Além dos aspectos legais e institucionais, a educação patrimonial e o engajamento comunitário emergem como pilares fundamentais para a efetivação da preservação da paisagem, seja por seu patrimônio

arqueológico, seja por seu patrimônio ambiental. Programas educativos que abordem a história e a ecologia da Lagoa do Saguau, desde a ancestralidade sambaquieira até os desafios contemporâneos, podem fomentar o senso de pertencimento e responsabilidade entre os moradores.

A participação ativa das comunidades locais, especialmente aquelas que mantêm uma relação tradicional com o ambiente, é indispensável para a construção de soluções que sejam culturalmente relevantes e ecologicamente eficazes (Schaeffer-Novelli, 2002). A valorização dos saberes tradicionais e a integração desses conhecimentos com a abordagem científica podem gerar estratégias inovadoras para a gestão do patrimônio, transformando a Lagoa do Saguau em um modelo de coexistência entre o desenvolvimento humano e a conservação ambiental.

Ademais, por meio das diversas fontes elencadas neste artigo sobre a paisagem da Lagoa do Saguau, reitera-se que essa paisagem não pode ser reduzida a apenas um cenário físico da história de Joinville; deve ser entendida como o resultado de processos sociais, culturais e ambientais historicamente construídos ao longo do tempo. Entre sua abrangência como patrimônio arqueológico e ambiental, destacamos aqui, como recorte de estudo, os manguezais e as estruturas de exploração das caieiras, evidenciando algumas das transformações por parte da urbanização e de atividades humanas predatórias no processo de formação da cidade.

A paisagem, como um patrimônio multifacetado, revela valores, disputas e modos de vida que moldaram — e continuam moldando — a Lagoa do Saguau. Mesmo amplamente modificada, essa paisagem faz parte da Mata Atlântica e abriga rica biodiversidade e recursos essenciais à vida, evidenciando o ambiente como um agente ativo da história da cidade. Compreender essa paisagem exige múltiplos olhares e metodologias, articulando fontes históricas e dados ambientais, além de questionar visões lineares de progresso que desconsideram os impactos ecológicos (Zanirato; Ribeiro, 2006; Correa, 2013). Nesse contexto, a paisagem e o patrimônio da Lagoa do Saguau se configuram como espaço de conflito e de negociação entre sociedade e natureza que, apesar do seu reconhecimento como bem cultural e ambiental, também está sendo moldado ao longo dos últimos anos pelos diferentes interesses e políticas públicas imbricados em outras formas de representação da paisagem, disputas de poder e práticas econômicas na maior cidade do estado de Santa Catarina.

O reconhecimento como patrimônio arqueológico e ambiental não implica automaticamente conhecimento e preservação. Nesse viés, abordagens mais interdisciplinares sobre o patrimônio e a paisagem da Baía Babitonga emergem como uma ferramenta crítica

fundamental para enfrentar as atuais crises ecológicas e refletir sobre a preservação e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica, indispensáveis à continuidade da vida humana e não humana.

Considerações finais

Na história da paisagem da Lagoa do Saguau há diferentes narrativas e registros sobre o ambiente. Por meio do estudo de algumas dessas fontes, foi possível concluir que as transformações ocorridas na Baía Babitonga não foram processos neutros, mas sim resultantes de escolhas políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais. A transição da paisagem ancestral para a paisagem urbano-industrial de Joinville foi marcada por uma narrativa de “conquista da natureza” que, embora tenha gerado progresso econômico, impôs custos elevados ao patrimônio arqueológico e ambiental.

Fontes escritas de viajantes e imigrantes do século XIX são narrativas importantes que possibilitam identificar representações da paisagem, como o olhar eurocêntrico, que moldou projetos de ocupação e intervenções antrópicas, tratando ecossistemas vitais como obstáculos a serem superados. Por sua vez, a persistência de vestígios materiais em sítios arqueológicos e a presença e luta de comunidades tradicionais demonstram a resiliência e diversidade dessa paisagem milenar. A preservação da Lagoa do Saguau exige, portanto, uma gestão integrada que considere a interdisciplinaridade entre a arqueologia, a história e a ecologia, promovendo um diálogo entre os diferentes saberes e atores sociais.

Em suma, a salvaguarda do patrimônio da Lagoa do Saguau é fundamental para a construção de uma identidade regional mais inclusiva e consciente de sua complexidade histórica. O fortalecimento de unidades de conservação e a valorização da memória das populações indígenas e africanas são passos essenciais para garantir que as gerações futuras possam usufruir uma paisagem que, embora transformada, ainda guarda a essência de sua ancestralidade e biodiversidade. A busca por um desenvolvimento sustentável que integre as dimensões tecnológica, social, ambiental, cultural e democrática é o caminho para conciliar as necessidades humanas com a preservação do inestimável patrimônio da Lagoa do Saguau.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G.; MILHEIRA, R. Arqueologia Guarani na Baía Babitonga: considerações sobre ocupação e mobilidade Guarani. *Revista Arche*, v. 34, 2020.
- ARRUDA, G. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELI, G. (org.). *Patrimônio cultural e ambiental*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 187-205
- AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo: 1858*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BANDEIRA, D. R. *Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BANDEIRA, D. R. Os sambaquis de Joinville – SC. In: JOINVILLE (org.). *Primeiros habitantes*. Itajaí: Casa Aberta, 2010. p. 17-27.
- BANDEIRA, D. R. Arqueologia guarani em Santa Catarina: litoral norte. In: DIAS, A. S.; MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (org.). *Arqueologia guarani no litoral sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014. p. 15-38;
- BASTOS, L. R. Arqueologia e preservação: os sambaquis na região de Joinville. In: JORNADA DE ESTUDOS AMBIENTAS BRASIL-ALEMANHA: BABITONGA 2000: PRESERVAÇÃO COM QUALIDADE, 1, 2000. *Anais...* Joinville: Univille, 2002. 90p.
- BIGARELLA, J. J.; TIBURTIUS, G.; SOBANSKI, A. *Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral de Santa Catarina*. Situação geográfica e descrição sumária. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1954. v. 11.
- BORBA, F. M. *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul*. Joinville: Editora Univille, 2014.
- BORBA, F. M. A cultura material de populações africanas e afrodescendentes em coleções arqueológicas da Baía da Babitonga (Santa Catarina): uso e práticas negras no passado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 28, 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2015.
- BRASIL. Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2006.
- BRASIL. *Decreto federal n. 6.660, de 21 de novembro de 2008*. Regulamenta dispositivos da Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica. Brasil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6660.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.
- COELHO, I. *Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980–2010)*. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- CORREA, D. História ambiental e paisagem. *Revista Halac*, Belo Horizonte, v. 2, 2013.
- CORRÊA, R. M.; ROSA, T. F. (org.). *História dos bairros de Joinville*. Joinville: Arquivo Histórico Municipal, 1992.

COSTA, B. R. *Babitonga 10.000 AP: caçadores-coletores no holoceno inicial na baixada norte de Santa Catarina*. 443f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

CREMER, M. J. O estuário da Baía da Babitonga. In: CREMER, M. J.; MORALES, P. R. D.; OLIVEIRA, T. M. N. (org.). *Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga*. Joinville: Univille, 2006. p. 15-19.

CRISTOFOLINI, N. J. *Desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e a ocupação dos manguezais do bairro Boa Vista*. 332f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DIEGUES, A. C. Comunidades humanas e os manguezais do Brasil. In: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL E DE ADMINISTRAÇÃO DO RECURSOS HÍDRICOS (org.). *Alternativas de uso e proteção dos manguezais do Nordeste*. Recife: Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração do Recursos Hídricos, 1991. (Série Publicações Técnicas, n. 3.) p. 38-45.

FERREIRA, J.; BANDEIRA, D. R.; BARTZ, M. C.; FOSSILE, T.; MAYORKA, F. Reflexões sobre a pesca pré-colonial na Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, v. 32, p. 138-155, 2019.

FICKER, C. *História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Letradágua, 2008.

FINDLAY, E. *Ocupação e povoamento da Baía da Babitonga: do século XVII ao XIX*. Florianópolis: Insular, 2013.

FOSSARI, T. D. *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FOSSILE, T.; FERREIRA, J.; BANDEIRA, D. R.; COLONESE, A. C.; SILVA, S. D. Da subsistência à extinção: a exploração da fauna do Holoceno tardio aos dias atuais na Baía Babitonga, SC – uma breve reflexão. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR, 4, 2017, v.1 p. 1-19. *Anais...* Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/portal/home/pesquisa-e-inovacao/seminarios-de-pesquisa/IX-spi>. Acesso em: 8 jul. 2026.

GUEDES, S. P. L. C. A colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte. In: GUEDES, S. P. L. C. et al. (org.). *História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2005. p. 12-42.

HABITAÇÃO: problema que se agrava a cada dia. *Jornal de Santa Catarina*, Joinville, p. 14, 22 jun. 1987. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Hemeroteca: Mangues – Invasão.

HORN, C. AHJ: Mangues – poluição, destruição. *A Notícia*, [s.d.]. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Proteção e controle de ecossistemas costeiros: o manguezal da Baía da Babitonga*. Brasília: Ibama, 1998. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos de Pesca, n. 25.)

- JOINVILLE. *Joinville: primeiros habitantes*. Joinville: Casa Aberta, 2010. 130p.
- KNIE, J. L. W. *Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga*. Joinville: Fatma/GTZ, 2002. 144p.
- KRASSOTA, A. K. *As representações sociais sobre o Parque Natural Municipal Caieira, a partir da comunidade do bairro Adhemar Garcia – Joinville (SC)*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINS, M. L. R. *Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole*. São Paulo: FAUUSP/Fapesp, 2006.
- MAZZER, A. M.; GONÇALVES, M. L. Aspectos geomorfológicos da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil: caracterização morfométrica. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 12, 2012. Disponível em: <https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/264>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- MCGRATH, K.; MONTES, T. A. K. S.; FOSSILE, T.; BANDEIRA, D. R.; BORBA, F. M.; CREMER, M. J.; SLUIS, L. G.; HIGHAM, T.; ROSA, A. P. K.; SAÑA, M.; COLONESE, A. C. Molecular and zooarchaeological identification of 5000 year old whale-bone harpoons in coastal Brazil. *Nature Communications*, v. 17, artigo 48, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-025-67530-w>. Acesso em: 28 mar. 2026.
- MORALES, P. R. D. Prefácio. In: CREMER, M. J.; MORALES, P. R. D.; OLIVEIRA, T. M. N. (org.). *Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga*. Joinville: Univille, 2006. p. 255-256.
- MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE (MASJ). *Diagnóstico arqueológico e paleoambiental como subsídio ao zoneamento e conservação do completo arqueológico caieira: Lagoa do Saguau, Joinville/SC*. Relatório final. Joinville: MASJ, 2001.
- NIEHUES, V. D. *De agricultor a operário: lembranças de migrantes*. 2000. 251f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- PINHEIRO, L.; CREMER, M. J. Sistema pesqueiro da Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina: uma abordagem etnoecológica. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 8, p. 59-68, 2003.
- REHR, Y. Gestão privada nos parques de Joinville? Entenda o plano que inclui o Zoobotânico. *NdMais*, Joinville, 27 mar. 2026. Acesso em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/gestao-privada-nos-parques-de-joinville-entenda-o-plano/>. Acesso em: 8 jul. 2026.
- ROCHA, I. O. Considerações sobre pressões socioeconômicas na Baía da Babitonga. In: *Anais da I Jornada de Estudos Ambientais Brasil-Alemanha: Babitonga 2000: Preservação com qualidade = Jahrbuch der Ersten Umweltstudienrunde Brasilien – Deutschland: Babitonga 2000: umweltschutz mit qualitat* – Joinville, SC: UNIVILLE, 2002, 90p.
- ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, ano 16, n. 17, dez. 1984.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina (1779-1853)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Manguezal, marisma e apicum (diagnóstico preliminar). In: FUNDAÇÃO BIO-RIO et al. (org.). *Avaliações e ações prioritárias para conservação da biodiversidade das zonas costeira e marinha*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2002.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, L. A. *O processo de ocupação das áreas de mangues em Joinville: agentes, estratégias e conflitos*. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SPERFELD, A. S. *Identificação e análise de demandas sócio-ambientais de ordem pública em áreas urbanas suscetíveis a desastres naturais no município de Joinville, Santa Catarina*. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, Arquitetura e História das Cidades) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TREIN, L. E. Baía da Babitonga: um grande estuário circundado por manguezais. In: KNIE, J. L. W. (org.). *Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga*. Florianópolis: Fatma/GTZ, 2002. 187 p. p.27-38.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). *Estudo integrado da Baía de Babitonga*. Projeto. Itajaí: Faculdade de Ciências do Mar, 1994. 115p.

VIEIRA, V. B. *A gestão pública municipal no desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville (SC)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

ZERGER, G. F. *Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um patrimônio*. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

Recebido em 31/03/2026.

Aceito em 16/07/2026.